



Golpe em curso: Desmonte do serviço público e da estrutura do Estado

Universidades e Institutos tem futuro ameaçado

Está em curso um projeto para o desmonte do serviço público no Brasil. O ataque atinge principalmente os setores da educação e saúde e se dá através da precarização dos direitos do servidor público e o desmonte da estrutura do estado, materializado no corte de verbas e investimentos.



Desmonte das Universidades e da pesquisa brasileiras

As universidades estão na linha de frente do desmonte da educação pública. Em abril de 2017, o MEC sofreu um corte orçamentário de R\$ 4,3 bilhões. A educação foi a terceira mais atingida, diante de um contingente de R\$ 42,1 bilhões no Orçamento de 2017, junto de outras políticas sociais. Isso vem gerando uma grande crise na Educação do país. As universidades precisam optar entre fornecer o pagamento das Bolsas Auxílio Permanência, pagar as contas de água e luz ou sua própria estrutura básica.

No Rio Grande do Sul, seis instituições viram seus orçamentos serem enxugados sem aviso prévio. Como resultado desse contingenciamento, estão o abandono de projetos de expansão e a redução nos serviços terceirizados como segurança, manutenção e limpeza.

A UFRGS sofreu uma queda de 25% em seu orçamento. O Reitor

da universidade, afirmou que a situação pode levar ao parcelamento de salários de técnicos e docentes. No curto prazo, o reitor prevê dificuldade para quitação das contas básicas, como água e luz, mas também para o pagamento de funcionários terceirizados.

Na UFCSPA o número de profissionais não acompanhou o aumento na quantidade de alunos. Parte do orçamento da

universidade está sendo direcionado ao auxílio moradia e alimentação, já que o governo reduziu o repasse também para isso. Assim, a construção do campus de Canoas foi cancelada.

O funcionamento dos campi do IFRS também está prejudicado, no ano em curso, devido a cortes e não liberação de limites orçamentários, impondo um quadro de insegurança para a conclusão das



atividades de 2017. Na prática, mesmo com o aumento planejado das matrículas ao longo dos últimos seis anos no instituto, o orçamento da instituição retornou aos valores de 2012.

A Furg trabalha com um orçamento 14% menor neste ano e em abril, a UFSM eliminou 27, dos 100 postos de vigilância no campus. A Unipampa enfrenta uma queda de 15% para custeio e 60% de corte no orçamento institucional para aplicação em obras e aquisição de máquinas e equipamentos. A UFPEl projeta déficit de R\$ 30 milhões neste ano. A instituição acredita que, entre todas as federais do País, tem o orçamento que menos cresceu no período de 2013 a 2017.

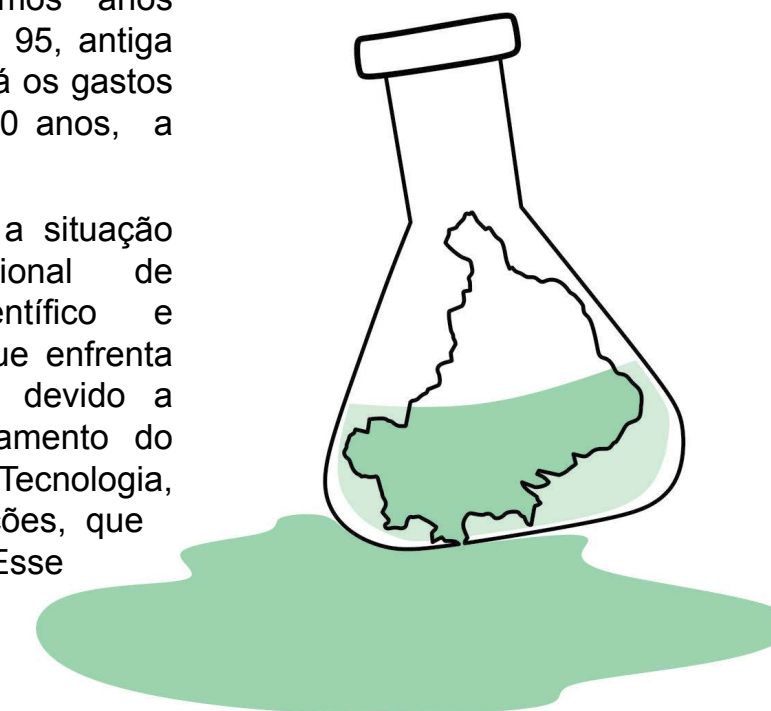
Os reflexos das medidas do Governo já fazem efeito nas IFES de todo o Brasil. UFJF, UFAL, UFS, entre outras instituições, já demonstraram publicamente que não possuem recursos suficientes

para fechar o ano de 2017. A UERJ suspendeu as aulas por tempo indeterminado e nem sequer iniciou o ano letivo de 2017. Essa realidade de insegurança também é refletida nos Institutos Federais espalhados por todo o país.

É importante frisar que este projeto de sucateamento pretende se intensificar nos próximos anos devido a atual emenda 95, antiga PEC 55/241 que limitará os gastos públicos federais por 20 anos, a partir de 2018.

Também alarmante, é a situação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que enfrenta grave crise financeira devido a uma restrição do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, que foi de 44% este ano. Esse corte prejudica quase 100 mil pesquisadores e estudantes do país

com a ameaça de suspensão das bolsas. Na UFRJ o supercomputador "Santos Dumont", considerado o mais poderoso da América Latina, foi desligado por falta de recursos. Ele era usado em projetos que exigiam grande poder computacional – o que inclui pesquisas sobre o vírus zika, mal de Alzheimer e camada pré-sal.



O ataque aos servidores públicos

Temer e seus aliados estão encaminhando uma série de projetos que buscam acabar com a estabilidade dos servidores, como a ampliação da terceirização, aprovada no Congresso e sancionada pelo Presidente; o Programa de Demissão Voluntária (PDV), medida provisória já publicada na Diário Oficial; além de Projeto de Lei para demissão por insuficiência de rendimento. O Governo ainda editou a Instrução Normativa (IN) 5, de 2017, do Ministério do Planejamento, que trata da contratação de serviços terceirizados na Administração Pública Federal.

Estas medidas têm caráter mais político do que econômico, e pretendem diminuir o montante da verba pública destinada aos serviços básicos de atendimento à população.

O cortes no serviço público vão atingir somente os servidores do executivo, ou seja, não teremos cortes nos setores públicos de grandes salários, como os parlamentares. As contenções atingem somente aqueles serviços de atendimento direto à população, como postos de saúde, escolas e universidades. A proposta é que os cidadãos recebam cada vez menos retorno de suas contribuições.

Além de colocar em risco milhares de trabalhadores e suas famílias, a política de Temer também atinge a qualidade do serviço público. Um dos alvos é a estabilidade dos servidores, que são responsáveis por materializar a ação do Estado no atendimento à população. Por ser estável, o servidor responde somente à lei. Fragilizar a sua estabilidade o deixa vulnerável a influência de quem tem interesses

escusos nas estruturas mantidas com o dinheiro público.

De olho nos direitos dos servidores públicos, e para justificar a retirada dos da iniciativa privada, foi construída a ideia de que todos os servidores públicos são privilegiados. Isso se dá, por terem conquistado a legalização e manutenção de garantias que eram comuns aos demais trabalhadores há pouco tempo atrás.

A Reforma Trabalhista, recém aprovada, irá propiciar uma nova e preocupante inversão de valores. Em alguns anos as próximas gerações acharão comum um trabalho ainda mais precarizado. Direitos que tínhamos até hoje, como intervalos e limites de horas extras (só para citar alguns), serão encarados como privilégios amanhã.

Estão tentando enganar você!

O Governo propaga uma diminuição no número de funcionários públicos como parte da contenção de "gastos". Porém esses cortes vão atingir somente o executivo, ou seja, não teremos cortes nos setores públicos

de grandes salários, como os parlamentares. As contenções atingirão somente aqueles serviços de atendimento direto à população, como postos de saúde, escolas e universidades. Para se ter uma idéia, cada servidor do

Judiciário custa em média R\$ 10 mil mensais, e no Legislativo mais de R\$12 mil, enquanto o gasto mensal com um funcionário do poder Executivo é de apenas R\$ 3,5 mil.

Média salarial (mês)



LEGISLATIVO
R\$12 mil



JUDICIÁRIO
R\$10 mil



EXECUTIVO
R\$3,5 mil

Outro dado, escondido da população, é que o número de servidores públicos no Brasil é inferior ao encontrado em países desenvolvidos. A cada 100 trabalhadores brasileiros, 12 são servidores públicos. Já nos países mais desenvolvidos, o percentual costuma ser quase o dobro - média é de 21 funcionários a cada 100 empregados. Em nações como Dinamarca e Noruega, mais de um terço da população economicamente ativa está empregada no serviço público, o que permite que estes países ofereçam a sua população um atendimento de melhor qualidade.

Acompanhamos com perplexidade os últimos desdobramentos na política brasileira. Temer e seus aliados têm liberado verbas para as bancadas mais conservadoras e reacionárias do parlamento, na intenção de comprar votos de forma aberta e midiaticizada, um montante que somado pode chegar aos R\$ 10 bilhões, dinheiro que seria muito bem utilizado para sanar as necessidades das Universidades e Institutos Federais e dos trabalhadores do país.



Funcionários Públicos



Funcionários Públicos